

**ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às 9h 15min no Auditório do Parque Estadual Masairo Okamura ocorreu a 49ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 17ª Reunião Extraordinária; Informes; Indicação do CEHIDRO – Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraguai – Resolução CNRH nº 152; Apreciação da Minuta de Resolução nº 64 que altera a Comissão Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço; Apresentação sobre Pequenas Centrais Hidroelétricas; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretario Adjunto de Qualidade Ambiental, Sr. Ilson Fernandes Sanches, Presidente do CEHIDRO em substituição, conforme determina a Portaria nº 16 de 22 de janeiro de 2014, assessorado pelo Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Secretário Executivo do CEHIDRO e pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Margarida Marchetto, representante da UFMT; Sra. Sara Suely Attilio Caparossi, representante da ABES; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da ABAS; Sr. Décio Eloi Siebert, representante dos Comitês; Sra. Jeannie Rosa Silva, representante da OAB; Sr. João Dias Filho, representante do CREA; Srs. Ricardo Bonora e Osvaldo Cherobino Gori, representantes da ARAGUAIA GERADORA DE ENERGIA; Sra. Shirley Moraes Moreira e Sr. André Luiz Sagiorato Marcon, representantes da COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES; Sra. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sr. Joilson José Fonseca, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sr. Fabricio Hideo Dias Doi, representante da AGROPECUARIA CHAPADA DOS GUIMARÃES; Sra. Nívea Patrícia Nunes nascimento, representante da AMAGGI; contando ainda com a presença de representantes de entidades suplentes, Sr. Pedro Geraldo Siviero, representante da GUARANTÃ ENERGIA; Sra. Suzele Rosa Barbosa, representando a AESA/MT; e Sra. Luciana Luzia Calçada Barreto, representando a CAB Cuiabá.. A Reunião foi aberta pelo Presidente em Substituição, que iniciou agradecendo a presença de todos e informando aos conselheiros que devido à uma convocação de ultima hora do Secretario de Estado do Meio Ambiente não poderá permanecer ate o termino da reunião. Em seguida, o Presidente em Substituição colocou em apreciação a Ata da 17ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ao que o conselheiro Joilson Fonseca ressaltou que nem todos os conselheiros receberam a convocação por email, não tendo portanto comparecido à reunião em questão, como foi o seu caso. A

35 Secretaria do CEHIDRO informou que ocorreu realmente um problema no email da
36 Secretaria Executiva o que fez com que alguns membros não recebessem o mesmo, e
37 devido à isto as faltas seria abonadas, mas que o problema já foi solucionado e pediu
38 desculpas pelo transtorno. O Presidente em Substituição colocou em votação a Ata da 17ª
39 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada
40 constando somente um voto contrário da Vitória Régia devido ao não recebimento da
41 convocação. Dando continuidade à pauta, o Presidente em substituição passou aos
42 informes colocando aos conselheiros que ocorrerá em Brasília uma cerimônia de entrega
43 de equipamentos e inicio da Operação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade
44 da Água no dia 20 de março as 10h, onde a SEMA estará representada pelo Secretario
45 de Mudanças Climáticas, Wilson Taques. Colocou ainda que também ocorrerá ainda hoje,
46 as 15 horas em Brasília, uma cerimônia de Lançamento do 8º Fórum Mundial da Água
47 Brasília- Brasil 2018. Em seguida passou a palavra ao Sr. Sérgio Batista de Figueiredo,
48 Gerente de laboratório e Ensaios da SEMA, para apresentar os Relatórios de
49 Monitoramento da Qualidade da Água das Regiões Hidrográficas do Paraguai, Tocantins-
50 Araguaia e Amazônica. O Sr. Sérgio Figueiredo iniciou a sua apresentação colocando
51 que esta é uma prestação de contas ao Conselho, uma vez que a SEMA tem a obrigação
52 de apresentar os relatórios de avaliação da qualidade de água no Estado, especialmente
53 ao CEHIDRO que em 2008 instituiu a Rede Básica de Monitoramento, que foi ampliada
54 pelo Conselho em 2010. Ponderou que se faz um esforço para melhorar o monitoramento
55 e ampliar a rede de pontos de coleta, colocando que assim que forem definidos serão
56 trazidos para o CEHIDRO a ampliação da rede básica que atualmente possui 82 pontos
57 para 230 estações de coleta. Apresentou aos conselheiros a rede nos mapas das regiões
58 hidrográficas do Paraguai, Amazônica e Tocantins-Araguaia. Destacou que esta é uma
59 das únicas redes que esta instituída e bem espacializada na Amazônia Legal, atendendo
60 ainda a bacia do Paraguai e Tocantins-Araguaia. Em seguida apresentou os parâmetros
61 analisados, destacando que atende a um maior numero de parâmetros em relação à
62 outros Estados, passando a apresentação de um resumo dos dados e de como acessar
63 estes relatórios no site da sema. Encerrou sua apresentação agradecendo o espaço e a
64 atenção. O conselheiro José Roberto questionou se existe algum projeto de
65 monitoramento da água subterrânea, ao que o Sr. Sergio Figueiredo respondeu que foram
66 feitas algumas tentativas isoladas no PNQA e com algumas coletas da Gerencia de
67 Águas Subterrâneas no Aquífero Furnas e Parecis, mas não temos nada instituído. O
68 Presidente em substituição colocou que a SEMA também não faz o monitoramento da

69 contaminação do solo, o que deve ser feito em atendimento à Resolução CONAMA nº
70 420, ponderando que a questão da contaminação da água subterrânea pode ser feito em
71 conjunto com a contaminação do solo, sugerindo que o CEHIDRO encabeçasse este
72 projeto e colocasse em sua pauta de discussão, se comprometendo a fazer a mobilização
73 necessária para apoiá-lo. A Sra. Sanny Saggin, Assessora da SEMA, colocou que o Sr.
74 Josimar, técnico da SEMA, já fez um trabalho nesta área de contaminação do solo e pode
75 auxiliar nesta demanda. Em seguida, dando continuidade aos informes, passou à palavra
76 ao Sr. Luiz Noquelli, que iniciou sua apresentação colocando aos conselheiros que esta é
77 uma complementação da apresentação sobre o PROGESTAO feita na 17ª Reunião
78 Extraordinária, onde ficou pendente da SEMA publicar os dados referentes à Sala de
79 Situação no site da SEMA. Apresentou onde estão localizadas as informações no site,
80 ponderando que já foi enviada toda a documentação exigida pela ANA para comprovar o
81 cumprimento das metas, através do Ofício nº 541/GAB-SEMA-MT. Encerrou a
82 apresentação colocando aos conselheiros que esta se afastando para cursar o Mestrado
83 em Recursos Hídricos da UFMT, ponderando que o ponto focal do PROGESTAO será a
84 Sra. Sibelle Jakobi, porem que não se afastará totalmente uma vez que a sua tese será
85 voltada à gestão de recursos hídricos no Estado. O Presidente em substituição passou
86 então ao próximo item da pauta, colocando aos conselheiros que o CNRH esta discutindo
87 a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Paraguai, e aprovou a
88 Resolução CNRH nº 152, que decide pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da
89 Região Hidrográfica do Paraguai (PRH Paraguai) e a constituição de Grupo de
90 Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai, sendo necessária a indicação de
91 representantes do CEHIDRO para compor este Grupo de Acompanhamento. A
92 conselheira Alessandra Panizi solicitou a inversão da pauta, justificando que existem
93 dúvidas em relação às entidades a serem indicadas que devem ser discutidas, como a
94 necessidade dos membros indicados comporem o CEHIDRO e se membros titulares terão
95 prioridade sobre membros suplentes. O conselheiro Décio Siebert colocou que mesmo o
96 IPAC sendo um membro suplente do CEHIDRO tem interesse em ser indicado para a
97 vaga de representantes de organizações não governamentais, destacando ainda que não
98 existe vaga para Comitês de Bacia Hidrográficas e nem para Consórcios Intermunicipais
99 no grupo em questão, sendo sugerido que fosse feita uma moção do CEHIDRO
100 solicitando a inclusão de representantes destas entidades no Grupo de
101 Acompanhamento, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes. O conselheiro
102 Fabricio Doi sugeriu que a Secretaria Executiva entrasse em contato com o CNRH para

ter uma diretriz mais clara quanto a indicação dos membros que farão parte deste grupo, o que foi aprovado pelos presentes e fosse feita a deliberação das indicações do CEHIDRO na próxima reunião, o que foi aprovado pelos presentes. O Secretario Executivo passou a palavra para a Secretaria do CEHIDRO para que a mesma apresentasse aos conselheiros a Minuta de Resolução nº 64 que altera a Comissão Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço. A Secretaria do CEHIDRO colocou que quando se aprovou a proposta de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço, na Resolução nº 50 de 08 de novembro de 2012, se empossou a Comissão Pró-Comitê, tendo como presidente o Sr. Jorge Luiz, o qual não integra mais esta comissão, sendo o cargo de Presidente sendo atualmente ocupado pelo Sr. João Fernando Copetti Bohrer, sendo necessário se alterar a composição da Comissão Pró-Comitê para que os documentos assinados pelo Sr. João Fernando tenham validade, destacando que a Comissão está aguardando somente esta alteração para publicar o edital de convocação para a 1ª Eleição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço. A conselheira Alessandra Panizi solicitou que assim que fosse publicado o edital fosse encaminhado aos conselheiros para mobilização. O Secretario Executivo colocou em votação a Resolução nº 64 que altera a Comissão Pró-Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Lourenço, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade à pauta o Secretario Executivo passou para as apresentações referentes à Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCHS, passando a palavra à Sra. Nilma Faria, técnica da SURH, para que apresentasse o processo de outorga deste empreendimentos. A Sra. Nilma Faria iniciou ponderando que se limitaria a falar sobre a Outorga de direito de Uso da água para estes empreendimentos, pois a parte de licenciamento ambiental seria tratada por outra colega da SEMA. Diferenciou os empreendimentos classificados em UHE, CBH e PCH, destacando que os documentos exigidos para a outorga são distintos e apresentou as exigências para cada caso. Em seguida definiu a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH, destacando que não dá o direito de uso dos recursos hídricos, apresentando seus objetivos, momento de solicitação e de conversão em outorga de direito de uso nos diferentes casos. Encerrou apresentando a Instrução Normativa nº 04/2012, que trata da análise da DRDH, lendo os artigos 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 7º, destacando as formas de análise e ponderando que se faz uma avaliação dos usos múltiplos a montante, afetado, e a jusante, tanto atuais quanto futuros antes de se conceder a DRDH. O Secretario executivo agradeceu a explanação da Sra. Nilma Faria e passou a palavra à Sra. Magda Mendes da Silva, técnica da SUIMIS da SEMA, para que

137 apresentasse o processo de licenciamento dos empreendimentos energéticos. A Sra.
138 Magda Silva iniciou sua apresentação definindo o licenciamento ambiental e
139 apresentando o arcabouço legal federal e estadual do mesmo, destacando que de acordo
140 com a Lei Complementar nº 070, art. 24, o EIA/RIMA só é exigido para empreendimento
141 energéticos com produção superior a 30 Mw. Apresentou os requisitos para o
142 licenciamento prévio, de instalação e de operação, destacando que devem se
143 apresentados os componentes ambientais impactáveis, ações impactantes, impactos
144 relacionados, bem como a mitigação e compensação destes impactos gerados pelo
145 empreendimento. Ponderou que segundo o CONAMA se deve solicitar o EIA/RIMA para
146 empreendimentos que produzam 10 Mw ou mais, entretanto no estado devido à Lei
147 Complementar o mesmo só é exigido para produção superior a 30 Mw, destacando que o
148 conteúdo mínimo a ser apresentado no EIA/RIMA está elencado na Resolução
149 CONSEMA nº 26. O Secretario Executivo agradeceu a explanação da Sra. Magda Silva e
150 passou a palavra ao Sr. Eduardo Leite de Barros Oliveira, representante do
151 SINDIENERGIA que faria a apresentação do ponto de vista do setor produtivo. O Sr.
152 Eduardo Oliveira iniciou a apresentação colocando que iria se restringir a tratar de PCHs,
153 definindo que Pequena Central Hidroelétrica é aquela que produz até 30 Mw com área de
154 reservatório de no máximo três quilômetros. Apresentou a legislação referente às PCHs e
155 um fluxograma de implantação de uma PCH, destacando que depois de se determinar se
156 é economicamente viável a construção da PCH, iniciam-se dois processos que correm
157 paralelos, um na SEMA e outro na ANEEL, dependentes cada processo da sinalização do
158 outro órgão para o processo caminhar. Destacou a importância de se ter um Termo de
159 Referencia, ponderando que existe um trabalho com a SEMA buscando simplificar o
160 mesmo, pois conforme se obtém as licenças surgem novas condicionantes que não
161 estavam elencadas no Termo de Referencia. Em seguida apresentou os trabalhos que
162 devem ser desenvolvidos pelo empreendedor nos 10 primeiros anos, destacando que
163 existe um conflito na exigência de EIA/RIMA pela legislação, o que causa diversos
164 problemas para as empresas, tendo sido exigidos em alguns casos inclusive EIA/RIMA
165 retroativos com a usina já operando. Em seguida apresentou um esquema de uma PCH,
166 explicando seu funcionamento geral e diferenciando os arranjos de PCH em barragem,
167 barragem com adução e com derivação. Apresentou os incentivos dados ao setor,
168 colocando que existem 57 PCHs no Estado em operação, o número em operação no
169 Brasil e a energia geral gerada, o número de PCHs em construção e o número de PCHs
170 outorgadas mas que ainda não iniciaram a construção. Ponderou que de mais de 600

PCHs em análise na ANEEL somente 21 foram analisadas e outorgadas em 2013, o que dá uma porcentagem de 3,3% das solicitações analisadas. Comparou a PCH com outras fontes produtoras de energia elétrica, destacando que as PCHs são fontes mais limpas porem que apresentam maiores dificuldade no processo. Que pode levar ate 10 anos enquanto uma termoelétrica é licenciada em dois anos. Apresentou os pontos positivos das PCHs e as mazelas enfrentadas pelo setor, sua importância e impacto ambiental. Encerrou agradecendo o espaço. O Secretario Executivo agradeceu a explanação do Sr. Eduardo Oliveira e passou a palavra ao conselheiro Décio Siebert, para que apresentasse o ponto de vista dos Comitês de bacia. O conselheiro Décio Siebert iniciou a sua apresentação falando que não é inimigo das PCHs, pois não é possível se viver sem energia, porem como comitê existe a obrigação de pensar nos usos múltiplos. Em seguida leu aos conselheiros os itens V, VI e IX da Declaração Universal dos Diretos da água, da ONU. Destacou que esta discussão é muito pertinente, uma vez que a ONU definiu “agua e energia” como tema do dia mundial da agua de 2014, ponderando que participou da 1ª Reunião Interministerial Ibero-Americana de sustentabilidade em novembro de 2013 que também tratou do tema agua e energia. Citou o Art. 225 da Constituição Federal de 1988 e a Lei 9.433/97, lendo os incisos I, II, IV e V do Art. 32, bem como a composição do Sistema nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, constante no Art. 33, do qual os Comitês fazem parte. Ponderou que estão lutando por uma reformulação da Lei 9.433 para retirar o poder de decisão dos Comitês, lendo as competências dos mesmos constantes na Lei 9.433/97. Em seguida caracterizou a bacia do rio Sepotuba, área de atuação do Comitê que preside, destacando os fatores impactantes, dentre eles as PCHs. Apresentou as localizações das PCHs e das UHEs em operação e em fase de projetos, destacando que se todos forem outorgados e funcionarem as outras atividades econômicas na bacia terão de ser deixadas de lado. Destacou que o rio Juba tem grande potencial energético devido ao grande desnível, apresentando as PCHs e UHEs localizadas no mesmo, destacando que a área de reservatório de algumas PCHs é maior que a de UHEs e maiores do que três quilômetros como determinado na Resolução do CONSEMA. Colocou aos conselheiros os usos que deixarão de existir caso as PCHs em processo de outorga sejam aprovadas, destacando que o caso mais emblemático é o do Salto das Nuvens, empreendimento turístico na região que é cartão postal da cidade de Tangará da Serra. Destacou que não é ambientalista, mas busca o desenvolvimento sustentável de forma a evitar que o equívoco de hoje possa causar um dano irreparável futuramente. Encerrou agradecendo o espaço e a atenção de todos. O Secretario

205 Executivo colocou que antes de iniciar os debates é necessário agendar uma reunião
206 extraordinária para tratar do enquadramento transitório de corpos d'água urbanos de
207 Cuiabá, sugerindo que a mesma fosse realizada no dia 22 de abril de 2014, terça feira, as
208 09h, o que foi aprovado pelos conselheiros presentes. A conselheira Alessandra Panizi
209 solicitou que fosse encaminhada a Minuta com antecedência para que os conselheiros
210 pudessem estudar e discutir com seus pares a proposta. O conselheiro Joilson Fonseca
211 solicitou que fossem apresentados os gastos já realizados com o recurso do
212 PROGESTAO ao que o Secretario Executivo respondeu que nenhum recurso foi aplicado
213 ainda devido a necessidade de fechamento do balanço financeiro de 2013. O conselheiro
214 Joilson Fonseca solicitou também que fosse agendada uma reunião da Câmara Técnica
215 de Integração, para dar continuidade nas discussões sobre barramentos, destacando que
216 ocorreu o rompimento de barragens no Estado causando danos significativos. A
217 Secretaria do CEHIDRO informou que esta reunião ainda não foi agendada por estar
218 aguardando um posicionamento da SEMA quando a uma proposta de alteração da minuta
219 feita pela CTI, ponderando que cobrará esta resposta. O Secretario Executivo abriu para
220 discussão relativa as apresentações feitas. A Sra. Débora Calheiros solicitou espaço para
221 apresentar um slide, o que foi permitido pelos conselheiros, colocando que integra o
222 grupo que solicitou o Plano Estratégico da Bacia do Paraguai ao CNRH, destacando eu
223 este é um sitio RAMSAR, Reserva da UNESCO e que já possui setenta por cento da
224 capacidade de produção de energia utilizada, que esta comprometendo o pulso de
225 inundação, que é uma característica da bacia, além de estar dificultando a produção
226 pesqueira. O Sr. Itamar, membro da SINDIENERGIA, ponderou que o comentário esta
227 equivocado, não se podendo trabalhar com mitologias e sim com fatos concretos,
228 destacando que o setor já esta sofrendo por não ter construído uma UHE com
229 reservatório e o País encontra-se na eminencia da falta de energia, ponderando que
230 deve-se usar todo o potencial existente e não somente setenta por cento. Destacou ainda
231 que a produção de energia não dificulta a piscicultura, o que esta causando a escassez
232 de pescado é o excesso de predadores e a pesca predatória. O conselheiro Décio Siebert
233 colocou que não deve ir contra as PCHs, mas sim se fazer um trabalho de recuperação
234 das nascentes de forma a se evitar a escassez de agua. A Sra. Débora Calheiros colocou
235 eu não é somente uma hidroelétrica, mas sim várias, temos cidades que possuem varias
236 hidroelétricas e dependem da pesca. Ponderou ainda que as PCHs alteram o pulso de
237 inundação, o que dificulta a pecuária e o turismo, a questão é garantir os usos múltiplos,
238 as outras pessoas tem o direito de ter o seu tipo de vida preservado, temos que respeitar

os acordos internacionais e as leis. A conselheira Alessandra Panizi colocou que não são somente as PCHs que afetam os recursos hídricos, destacando que não foram apresentados dados diretos sobre os danos causados pelas PCHs, sugerindo que seja feita outra reunião para se tratar deste assunto, ponderando que a Resolução CNRH nº 152 também tratará deste tema. Ponderou que a culpa não é de um setor, mas da falta de planejamento, e o Plano Estratégico nos dá a opção de determinar o tamanho das cidades, numero de PCHs e outros empreendimentos que termos no Pantanal. O conselheiro Décio Siebert ponderou que não foi tendencioso na sua explanação, destacando eu apresentou apenas a realidade da bacia e que é um defensor do planejamento, inclusive tendo solicitado à SEMA repetidas vezes que elabore o plano de bacia do Sepotuba. A conselheira Sara Caparossi ponderou que este é um tema polêmico que deve ser melhor debatido. Nada mais havendo a declarar o Secretario Executivo encerrou a reunião às 12h 23min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

ILSON FERNANDES SANCHES

Presidente do CEHIDRO
em substituição

NÉDIO CARLOS PINHEIRO

Secretário Executivo do CEHIDRO

* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 66.05.2014.

** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.